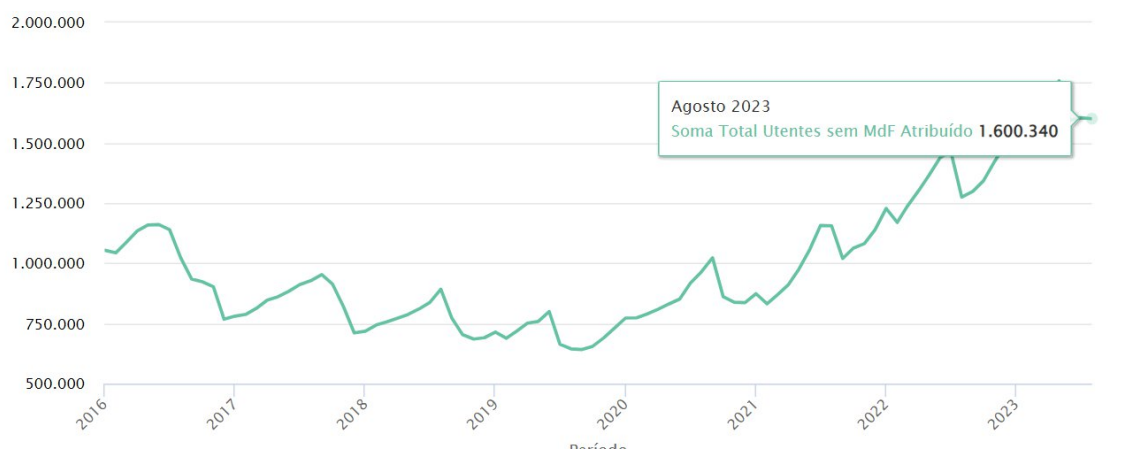


PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 894/XV/2.^a

INVESTIR NA MEDICINA GERAL E FAMILIAR E NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

A gestão que o Governo do Partido Socialista tem feito do Serviço Nacional de Saúde, em concreto nos últimos quase quatro anos, tem sido desastrosa. Os Cuidados de Saúde Primários são um exemplo gritante disso mesmo, com o número de utentes sem médico de família a aumentar, ano após ano, e a atingir os 1,6 milhões em agosto de 2023.



Estes números têm causas e consequências que não se podem esquecer. As causas: a obstinação do Governo em não melhorar as condições de trabalho e de carreira dos profissionais de saúde e que faz com que o SNS tenha enormes dificuldades em captar e fixar profissionais, mesmo aqueles que ele próprio forma. Prova disso têm sido os concursos desertos ao longo dos anos. Mesmo o último concurso para contratação de recém-especialistas em medicina geral e familiar – que o Governo anunciou como um enorme sucesso – teve quase 70% das vagas por preencher.

Como consequências temos enormes barreiras no acesso à saúde. Voltaram as imagens de filas de espera à frente dos centros de saúde, voltou a realidade de ir de madrugada para mendigar uma consulta, voltou a espera de meses para aceder a uma consulta de medicina geral e familiar, voltou a realidade de utentes que necessitam de ser acompanhados mas que só encontram resposta nas urgências hospitalares.

Todas estas situações são inadmissíveis e já há muito que não deviam existir no nosso país. Só existem porque o Governo insistiu em manter políticas que foram degradando os cuidados de saúde primários e foram expulsando os seus profissionais para fora do SNS. Aliás, muito à semelhança do que atualmente está a fazer na área da obstetrícia e ginecologia.

Os milhares de peticionários que subscreveram a petição pela Defesa da Especialidade de Medicina Geral e Familiar e dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal exigiam, na altura, a retirada de uma norma específica prevista no Orçamento do Estado para 2022 (OE2022) – que previa a atribuição de listas de utentes a médicos não especialistas – como uma forma de manter a qualidade dos serviços prestados nos cuidados de saúde primários.

De facto, tanto essa norma como todo o OE2022 provou ser desastroso para o SNS. Nesse ano, o número de utentes sem médico de família aumentou em cerca de 250 mil, o que revela bem como as políticas seguidas não melhoraram, pelo contrário, pioraram o SNS, a sua capacidade de contratação e a capacidade de prestar os cuidados de saúde à população.

Hoje tal norma já não se aplica, mas isso não quer dizer que a situação esteja melhor ou que não existam muitas outras medidas políticas que estão a desvalorizar e a prejudicar a prática da medicina geral e familiar e o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários. A ideia de generalizar a organização do SNS por Unidade Local de Saúde (ULS), que tem redundado sempre num modelo hospitalocêntrico, ou a insistência em não garantir autonomia gestonária e financeiros aos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACeS) são apenas dois exemplos dessas medidas que persistem a prejudicar os cuidados de saúde primários.

Os exemplos não se ficam por aqui. A forma como o Ministro tem embrulhado as negociações para melhoria das condições de trabalho e a forma como tem insistido em

mexer apenas nos suplementos, remuneração variável, e não na remuneração base tem sido uma barreira à criação de um SNS mais atrativo para profissionais, nomeadamente profissionais para os cuidados de saúde primários. Também a forma como têm abusado de um conceito de ‘dedicação plena’ para exigir mais horas extraordinárias, em vez de avançar com uma verdadeira exclusividade apenas faz com que menos profissionais estejam disponíveis para o SNS.

O Bloco de Esquerda considera que os Cuidados de Saúde Primários são essenciais para a população e que a Medicina Geral e Familiar é pedra angular dos cuidados de saúde. Por isso é preciso eliminar todas as medidas que degradam os CSP e desvalorizam a MGF. Para esse efeito o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda avança com uma série de propostas, nomeadamente:

- a) o abandono da ideia hospitalocêntrica das ULS que apenas têm concentrado serviços e recursos e não têm representado vantagens para os CSP;
- b) a autonomia gestionária e financeira dos ACeS para reparações em edifícios, aquisição de materiais e equipamentos;
- c) a aplicação de um regime de exclusividade para todos os profissionais dos Cuidados de Saúde Primários que tenha como incentivos associados a majoração de 40% da remuneração base, a majoração de 50% dos pontos que relevam para progressão e o aumento de dias dedicados a atividades de investigação e outras;
- d) a valorização remuneratória dos trabalhadores dos cuidados de saúde primários, e de todo o Serviço Nacional de Saúde, através de aumentos base que permita recuperar a perda de poder de compra que têm tido nos últimos anos;
- e) a passagem à categoria de enfermeiro especialista a todos os enfermeiros detentores do título de Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Familiar;
- f) a criação de carreira de secretário clínico;
- g) a atribuição de apoios específicos em zonas onde o preço da habitação seja um impedimento para a contratação e fixação de profissionais, nomeadamente um abono pago 12 meses por ano e calculado, para o concelho em causa, tendo em conta o valor

mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por localização geográfica do Instituto Nacional de Estatística.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Abandone da ideia hospitalocêntrica da organização do Serviço Nacional de Saúde por Unidades Locais de Saúde;
2. Garanta autonomia gestonária e financeira aos ACeS, nomeadamente para reparações em edificios, aquisição de materiais e equipamentos e contratação de profissionais;
3. A aplicação de um regime de exclusividade para todos os profissionais dos Cuidados de Saúde Primários que tenha como incentivos associados a majoração de 40% da remuneração base, a majoração de 50% dos pontos que relevam para progressão e o aumento de dias dedicados a atividades de investigação e outras;
4. A valorização remuneratória dos trabalhadores dos cuidados de saúde primários, e de todo o Serviço Nacional de Saúde, através de aumentos base que permitam recuperar a perda de poder de compra que têm tido nos últimos anos;
5. A passagem à categoria de enfermeiro especialista de todos os enfermeiros detentores do título de Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Familiar;
6. A criação de carreira de secretário clínico;
7. A atribuição de apoios específicos em zonas onde o preço da habitação seja um impedimento para a contratação e fixação de profissionais, nomeadamente um abono pago 12 meses por ano e calculado, para o concelho em causa, tendo em conta o valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por localização geográfica do Instituto Nacional de Estatística.

Assembleia da República, 21 de setembro de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires, Pedro Filipe Soares, Mariana Mortágua,

Joana Mortágua, José Soeiro